

Sumário

Assimetrias de Informação na Nova Lei de Licitação e o Problema da Seleção Adversa 1

Marcos Antônio Rios da Nóbrega

Diego Franco de Araújo Jurubeba

1. Introdução	1
2. Que nova lei poderemos ter?.....	3
3. A licitação como mecanismo de revelação de informações	5
4. A economia da informação.....	7
4.1 Akerlof e o problema dos limões	7
4.2 Um exemplo do mercado dos “limões”	10
4.3 A nova lei de licitação e a tentativa de minorar as assimetrias de informação	18
5. Considerações finais	24
6. Referências.....	25

A Utilização da Criptocontratação na e pela Administração Pública: São os Smart Contracts um Novo Caminho para a Contratação Pública no Brasil? 27

Eriverton Felipe de Souza

1. Introdução	27
2. O processo de contratação pública no Brasil: breves considerações.....	29
2.1 Regime jurídico dos contratos administrativos	31
2.1.1 O conceito de contrato administrativo	31
2.1.2 As características dos contratos administrativos	32
2.1.3 A formação e formalização dos contratos administrativos	34
3. O que são as novas tecnologias disruptivas?	37

3.1 O que é Blockchain?	38
3.1.1 Quais são as características da Blockchain?	40
3.2 O que são Smart Contracts (contratos inteligentes)?.....	42
3.2.1 Vantagens e desvantagens dos Contratos Inteligentes.....	45
4. Criptocontratação: conceito, características e considerações;.....	47
5. É possível aplicar a Criptocontratação ao processo de contratação pública?	50
6. Considerações finais	56
7. Referências.....	58

Assimetrias entre Estado Regulador e Mercado Tecnológico..... 63

Nestor Moreira Reis Bisneto

1. Introdução	63
2. O Estado regulador	64
2.1 Estado regulador e tecnologias disruptivas.....	66
2.2 A inovação demanda inovação.....	70
2.3 Estado regulador e inovação no Brasil	74
3. Considerações finais	75
4. Referências.....	76

**O Impacto do Surgimento das Novas Tecnologias
Disruptivas nos Contratos de PPP em Infraestrutura 79**

Valdeilma Yane de Oliveira Mateus

1. Introdução	79
2. Contratos administrativos de infraestrutura pública.....	81
2.1 Contratos de parceria público-privada (PPP) em infraestrutura	82
3. O surgimento das novas tecnologias disruptivas.....	84
3.1 As afetações das novas tecnologias na infraestrutura pública	84
3.2 Casos práticos	87

4. Considerações finais	88
5. Referências.....	89

A Apropriação do Conceito de Risco dos Contratos de Parcerias pelos Contratos de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros 91

Cláudia Guerra Oliveira da Costa

Enilson Medeiros dos Santos

1. Introdução	91
2. Risco em contratos de concessão de serviços públicos.....	93
2.1 Os riscos inerentes à prestação de serviços públicos	94
3. Distribuição dos riscos nas concessões de serviços públicos.....	97
4. Gestão de riscos com uso da matriz de riscos da Lei das PPPs	99
5. Gestão de concessões apropriando o conceito de risco da Lei das PPPs ...	101
6. Considerações finais	102
7. Referências	102

O Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessões e PPP 105

Manoella Varejão de Andrade

1. Introdução	105
2. Noções de equilíbrio econômico-financeiro	106
2.1 Delegação de serviços públicos.....	108
2.2 Contratos administrativos: prerrogativas da Administração e garantias contratuais	112
2.3 Revisão, reajuste e repactuação	113
2.4 Repartição de riscos	116
2.5 Teoria da imprevisão, fato do príncipe e fato da administração.....	119
2.6 O estudo das áleas e a matriz de riscos	121
3. Considerações finais	123
4. Referências.....	124

**A Regulação da Saúde no Brasil: o Controle Externo
do Tribunal de Contas da União nas Unidades do SUS
Geridas por Instituições Privadas 129**

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

1. Introdução	129
2. Regulação	130
3. A regulação da saúde	134
4. Os reguladores e a natureza do controle.....	137
4.1 O SUS e a política nacional de regulação	137
4.2 O controle externo do Tribunal de Contas da União.....	140
5. Considerações finais	145
6. Referências.....	147

**Agências Reguladoras e o Controle Judicial Exercido frente a Práticas
Omissivas no Contexto Contemporâneo da Pandemia da Covid-19.....151**

Ana Heloísa Alencar Dantas

1. Considerações iniciais	151
2. Organização administrativa	152
2.1 Características das agências reguladoras	154
3. Sistemas de controle administrativo.....	158
4. Controle da Administração Pública em relação ao órgão controlador	161
5. O controle judicial exercido em face das omissões das agências reguladoras à luz de casos concretos	163
5.1 Caso concreto 1	164
5.2 Caso concreto 2.....	168
6. Considerações finais	172
7. Referências	173

**O Desenvolvimento Econômico-Social e o Princípio da
Legalidade e Eficiência no Âmbito das Contratações Públicas
na Luta Contra a Pandemia da Covid-19..... 177**

Catarinne Cristinne Torres de Oliveira

1. Introdução	177
2. Desenvolvimento econômico-social e a execução do Estado como agente desenvolvimentista.....	178
3. Noções gerais sobre licitação	182
4. Dicotomia entre o princípio da legalidade e eficiência	186
5. Contratações públicas na luta contra a pandemia da COVID-19	190
6. Considerações finais	195
7. Referências.....	196

**O Controle dos Atos da Administração Pública em Tempos
de Pandemia Diante da Supremacia do Direito à Vida..... 199**

Bárbara Michele Negreiros Ramos

1. Introdução	199
2. Pandemia causada pela COVID-19	199
3. Controle da Administração Pública em tempos de pandemia.....	201
4. Considerações finais	205
5. Referências.....	206

**A Decretação de Calamidade Pública Prevista
na Lei de Responsabilidade Fiscal 209**

Lays Rodrigues Cavalcanti de Lima

1. Introdução	209
2. Calamidade pública: conceito e aspectos jurídicos	210
2.1 Calamidade pública na Constituição Federal de 1988	211

3. O decreto de calamidade pública na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	213
4. Impactos da COVID-19 na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	215
5. Considerações finais	217
6. Referências.....	218

**O Direito à Saúde no Sistema Axiológico Fundamental do Ordenamento
Jurídico Brasileiro: a Problematização da Regulamentação e Utilização de
Testes Sorológicos para Infecção pelo Novo Coronavírus (Covid – 19) ..219**

Gisele de Araújo Costa

1. Introdução	219
2. Desenvolvimento.....	221
3. Considerações finais	226
4. Referências.....	227

**A Legislação Anticorrupção e o Papel Elementar
do Compliance nas Empresas231**

Jamille Raysa de Melo Santos

1. Introdução	231
2. Compliance: conceito e origem	232
3. Aspectos gerais da legislação anticorrupção no Brasil	234
3.1 Normas federais e estaduais	234
3.2 Pressupostos para a efetividade do programa de Compliance.....	239
4. O papel do Compliance nas empresas.....	242
5. Considerações finais	245
6. Referências.....	245

A Indisponibilidade de Bens como Medida Cautelar nas Ações por Improbidade Administrativa 249

Aline Monteiro de Aguiar

- 1. Introdução 249
- 2. Desenvolvimento..... 250
- 3. Considerações finais 255
- 4. Referências..... 256

Novo Decreto do Pregão Eletrônico: Decreto nº 10.024/2019 257

Cristiane da Silva Barbosa..... 257

- 1. Introdução 257
 - 1.1 Da obrigatoriedade do pregão na forma eletrônica 258
 - 1.2 Formas de realização do pregão eletrônico..... 260
- 2. Adoção para bens e serviços comuns, inclusive de engenharia..... 260
 - 2.1 Designação e atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio 262
 - 2.2 Decreto nº 10.024/19 e suas características e inovações..... 262
- 3. Considerações finais 268
- 4. Referências..... 268

Poder Discricionário: os Conceitos Jurídicos Indeterminados e o Controle Jurisdicional da Discricionariedade Técnica 271

Juliana Evangelista Cavalcanti

- 1. Introdução 271
- 2. Poder discricionário..... 272
- 3. Discricionariedade administrativa e discricionariedade técnica 274
- 4. Teoria dos conceitos jurídicos indeterminados 275
- 5. Controle jurisdicional da discricionariedade técnica e da delimitação dos conceitos jurídicos indeterminados 277
- 6. Conclusão 282
- 7. Referências..... 284

A (Im)Prescritibilidade das Ações de Ressarcimento ao Erário Fundadas em Ato Doloso de Improbidade Administrativa: uma Análise do Julgado do RE 852.475/SP 289

Nadson Trindade Ramos

1. Introdução	289
2. A improbidade administrativa e suas sanções	290
3. A divergência dos ministros do Supremo Tribunal Federal e a decisão da Corte	293
4. Considerações finais	304
5. Referências.....	306

O Termo de Ajuste de Gestão como Modelo Contratualizado de Controle no Tribunal de Contas de Pernambuco..... 309

Paula Virgínia da Rocha Moreira..... 309

1. Introdução	309
2. Controle da Administração Pública e atuação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	310
2.1 Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e os seus processos de controle.....	312
3. Semelhanças e diferenças entre a legislação processual civil e criminal e os processos de controle	315
3.1 Termo de Ajustamento de Conduta	316
4. Termo de Ajuste de Gestão	318
4.1 O Termo de Ajuste de Gestão no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	320
5. Considerações finais	322
6. Referências.....	324

**Nulidade de Ato Administrativo por Agência Reguladora:
o Caso da Inconstitucionalidade da Lei Nº 13.703/2018 que
Instituiu a “Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte
Rodoviário de Cargas” e a Consequente Nulidade do Ato da
ANTT dela Decorrente que Resultou na Resolução 5.820/2018 327**

Débora Barbosa da Costa Pereira

1. Agências reguladoras em seu contexto concepcional 327
2. Aspectos essenciais às agências reguladoras 330
3. Breve noção de ato administrativo 332
4. Atos administrativos passíveis de nulidade..... 333
5. A inconstitucionalidade da lei nº 13.703/2018..... 335
6. A afronta infraconstitucional da resolução nº 5.820/2018 da ANTT340
7. Referências.....343

**A Responsabilidade Civil do Estado por Ato
de Policial Militar de Folga ou de Férias 345**

Benjamin Cavalcanti de Farias Filho

1. Introdução 345
2. Desenvolvimento.....348
 - 2.1 A responsabilidade civil do Estado348
 - 2.2 A Polícia Militar 352
 - 2.3 Danos cometidos por Policial Militar de folga ou de férias..... 355
 - 2.3.1 Quando o Policial Militar se identifica como policial,
age em virtude da condição inerente ao cargo ou se
aproveita do cargo para causar o dano 356
 - 2.3.2 Quando o Policial Militar usa a arma da corporação..... 357
 - 2.3.3 Quando o Policial Militar usa a farda da polícia,
desde que se aproveite desta aparência para
praticar o ato lesivo a particular 358
3. Considerações finais 359
4. Referências..... 361

**Execução Contra a Fazenda Pública: os Precatórios Judiciais,
algumas Peculiaridades Relevantes 363**

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

1. Da natureza jurídica do Precatório como título público abstrato..... 363
2. Desvinculação da origem da dívida 371
3. Dedução de honorários advocatícios (possibilidade) 375
4. Considerações finais 380
5. Referências..... 383

**Procedimentos Democráticos de Participação Social
na Tomada de Decisões da Administração Pública 385**

Pedro Dias de Oliveira Netto 385

1. Introdução 385
2. Aspectos essenciais à noção de procedimento 386
3. Procedimento administrativo e participação social..... 392
4. O Direito Alemão sob a perspectiva do
procedimento administrativo participativo..... 398
5. Considerações finais 403
6. Referências..... 405